

FATO RELEVANTE



ecorODOVIAS

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A
(Companhia Aberta de capital autorizado)
CNPJ/ME nº 04.149.454/0001-80 | NIRE nº 35.300.181.948

Código CVM nº 01945-3
Códigos de Negociação na B3: **"ECOR3"**

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A ("Companhia" ou "Ecorodovias") (**B3:ECOR3**), em atendimento às disposições do parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em especial na Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e na Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), vem comunicar aos atuais acionistas da Companhia ("Acionistas"), nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, e ao mercado em geral que foi aprovada, no dia 09 de junho de 2021, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a realização de oferta pública de distribuição primária e, no âmbito da eventual colocação das Ações Adicionais da Oferta (conforme abaixo definido), de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, ("Oferta Restrita"), observado que a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em virtude da possibilidade de colocação das Ações Adicionais (conforme definido abaixo).

1. OFERTA RESTRITA

A Oferta Restrita, consistirá na distribuição pública: (i) primária de 137.635.144 (cento e trinta e sete milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, cento e quarenta e quatro) novas Ações inicialmente ofertadas pela Companhia ("Novas Ações" ou "Ações da Oferta Primária") ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de até 34.408.786 (trinta e quatro milhões, quatrocentas e oito mil, setecentas e oitenta e seis) Ações de titularidade da Primav Infraestrutura S.A. ("Acionista Vendedor"), exclusivamente no âmbito da eventual colocação das Ações Adicionais ("Oferta Secundária"); em ambos os casos, com esforços restritos de colocação, a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta (conforme abaixo definido) ("Contrato de Colocação"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários") e, em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 476, do "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), e atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), do Ofício Circular 087/2014-DP, emitido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") em 28 de novembro de 2014 ("Ofício 87/2014") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"), sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America") e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI, o Itaú BBA e o Bank of America, "Coordenadores da Oferta").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta Restrita, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BofA Securities, Inc. e pelo UBS Securities, LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definido na *Rule 144A*, conforme alterada, do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterada ("Securities Act"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em conformidade ao *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados *non-U.S. persons*, com base na *Regulation S*, editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e não constituídos de acordo com a legislação vigente nos Estados Unidos, e

observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, nos termos do *Securities Act* e dos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários aplicáveis (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, “Investidores Estrangeiros”), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, ou da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, e a Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, conforme abaixo definido) em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais) junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos Contrato de Colocação Internacional.

2. COMPROMISSO DE INVESTIMENTO

A Oferta Restrita será realizada no contexto da reorganização societária da Companhia divulgada nos fatos relevantes datados de 31 de julho de 2020 e de 11 de março de 2021 (“Fatos Relevantes da Reorganização”), os quais previram a intenção da Companhia de realizar sua capitalização, prioritariamente, por meio da Oferta Restrita, sendo que, nos termos do *Anchor Investment Agreement* celebrado, em 11 de março de 2021, entre a acionista co-controladora da Companhia, Igli do Brasil Participações Ltda. (“Igli”), e a Companhia (“Contrato de Ancoragem”), observado o Direito de Prioridade (conforme abaixo definido), a Igli (diretamente ou por meio de suas afiliadas que, em relação ao exercício do Direito de Prioridade, também devem ser acionistas da Companhia, em observância o art. 9º-A da Instrução CVM 476) se comprometeu em subscrever uma quantidade de Ações no âmbito da Oferta Restrita, observadas as Condições Precedentes (conforme definido abaixo), equivalente ao montante de R\$1.200.000.000,00, dividido pelo Preço por Ação (conforme abaixo definido) (“Compromisso de Investimento”). Ainda, nos termos do Contrato de Ancoragem, a Igli, a seu exclusivo critério e observadas as Condições Precedentes e o exercício do Direito de Prioridade (conforme definido abaixo) pelos Acionistas, poderá, a seu exclusivo critério, subscrever uma quantidade de Ações equivalente à diferença positiva entre: (i) uma quantidade adicional de Ações no âmbito da Oferta que seja necessária para que a Igli detenha, direta e indiretamente, após a conclusão da Oferta, uma participação societária equivalente a até 51% do capital social da Companhia (considerando a base total após diluição – *fully diluted basis* – e incluindo ações em tesouraria) e (ii) o montante do Compromisso de Investimento, conforme descrito no parágrafo acima (“Quantidade Total de Ações Ancoradas”).

Nos termos do Contrato de Ancoragem, o Compromisso de Investimento está sujeito às seguintes condições precedentes (“Condições Precedentes”): (i) o efetivo cumprimento (ou a sua renúncia nos termos do *Dissociation Agreement*, conforme definido nos Fatos Relevantes da Reorganização) de condições precedentes previstas no *Dissociation Agreement*; e (ii) confirmação de que as declarações e garantias prestadas pela Companhia no Contrato de Ancoragem são verdadeiras na data de celebração do Contrato de Ancoragem, e que permanecem válidas até a Data de Liquidação (conforme definido abaixo).

Para fins de implementação do Contrato de Ancoragem, a Igli (diretamente ou por meio de suas afiliadas, que também sejam acionistas da Companhia, em observância ao art. 9º-A da Instrução CVM 476) exercerá integralmente o seu Direito de Prioridade, observado o Limite de Subscrição Proporcional (conforme definido abaixo), bem como subscreverá Ações no âmbito da Oferta Institucional (conforme definido abaixo), prioritariamente aos demais Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), na Quantidade Total de Ações Ancoradas (excluídas aquelas já subscritas no âmbito do Direito de Prioridade). De acordo com o Acordo de Ancoragem, a Igli (diretamente ou por meio de suas afiliadas que, em relação ao exercício do Direito de Prioridade, também devem ser acionistas da Companhia, em observância o art. 9º-A da Instrução CVM 476) somente subscreverá Ações da Oferta Primária, sendo, portanto, vedada a aquisição pela Igli (diretamente ou por meio de suas afiliadas) de Ações no âmbito da Oferta Secundária.

A Igli não participará do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participará do processo de determinação do Preço por Ação.

3. AÇÕES ADICIONAIS

Até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), inclusive, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 25%, ou seja, em até 34.408.786 (trinta e quatro milhões, quatrocentas e oito mil, setecentas e oitenta e seis) da quantidade total de Ações inicialmente ofertada, todas de titularidade do Acionista Vendedor (“Ações Adicionais”), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme abaixo definido).

No âmbito das Ações Adicionais, o Acionista Vendedor decidirá, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, na data de fixação do Preço por Ação, a quantidade a ser alocada entre as Ações Adicionais, sempre limitada a até 25% da quantidade de Ações inicialmente ofertada. Portanto, as Ações Adicionais serão compostas pela totalidade das Ações da Oferta Secundária. **Dessa forma, os Acionistas, no contexto da Oferta Prioritária (conforme definido abaixo), não terão Direito de Prioridade sobre as Ações Adicionais.**

4. APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos Acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social, a concessão do Direito de Prioridade (conforme abaixo definido) aos Acionistas, bem como os seus termos e condições, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 09 de junho de 2021, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico".

O Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, bem como a homologação do aumento do capital social da Companhia serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico".

A realização da Oferta Secundária foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Vendedor, realizada em 09 de junho de 2021, em conformidade com o artigo 26 (i) e (vii) do Estatuto Social do Acionista Vendedor, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Agora".

Não será necessária qualquer aprovação societária específica em relação ao Acionista Vendedor para a fixação do Preço por Ação.

5. PREÇO POR AÇÃO

No contexto da Oferta Restrita, o preço por Ação ("Preço por Ação") será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), realizado no Brasil pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ("Procedimento de *Bookbuilding*").

A escolha do critério de fixação do preço por Ação é justificada, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, na medida em que o preço de mercado das Ações (considerando as Ações Adicionais) a serem distribuídas será aferido tendo como parâmetro: (a) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; e (b) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações (considerando as Ações Adicionais), coletadas junto a Investidores Profissionais, no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*, não promovendo, portanto, diluição injustificada dos acionistas da Companhia.

A cotação de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 em 08 de junho de 2021, foi de R\$13,22. Esse valor poderá variar para mais ou para menos conforme conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Dessa forma, o montante total da Oferta Restrita (sem considerar as Ações Adicionais), com base neste Preço por Ação indicativo, seria de R\$1.819.536.603,68 e, considerando a colocação da totalidade das Ações Adicionais, seria de R\$2.274.420.754,60.

O Preço por Ação não será indicativo do preço que prevalecerá no mercado após a conclusão da Oferta Restrita, podendo ser alterado para mais ou para menos, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Serão consideradas no Procedimento de *Bookbuilding* as demandas dos Investidores Profissionais de acordo com o plano de distribuição previamente acordado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, e que estejam de acordo com os objetivos da Companhia e Acionista Vendedor na realização da Oferta Restrita.

A Igli, nos termos do Contrato de Ancoragem e no âmbito da Oferta Prioritária e da Oferta Institucional, bem como os Acionistas que venham a participar da Oferta Prioritária (conforme abaixo definido) e que não venham a participar da Oferta Institucional (conforme abaixo definido), não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), nos termos do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada, que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta Restrita e ao Acionista Vendedor, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores e/ou administradores dos Coordenadores da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos dos Coordenadores da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta Restrita; (iv) agentes autônomos que prestem serviços aos Coordenadores da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta Restrita; (v) demais profissionais que mantenham, com os Coordenadores da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta Restrita; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelos Coordenadores da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta Restrita; (vii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (viii) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas à Oferta Restrita, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas ("Pessoas Vinculadas") no processo de fixação do Preço por Ação.

A participação de Investidores Profissionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação. O investimento nas Ações por Investidores Profissionais que sejam Pessoas Vinculadas, incluindo o investimento a ser realizado pela Igli, nos termos do Contrato de Ancoragem, poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário, especialmente se considerada a colocação prioritária das Ações da Oferta Primária aos Acionistas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"): (i) para proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, incluindo operações de *total return swap*, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400; são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta Restrita para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Nos termos da Instrução da CVM nº 530, de 22 de novembro de 2012, fica vedada a subscrição/aquisição de Ações (considerando as Ações Adicionais) por investidores que tenham realizado vendas a descoberto de ações ordinárias de emissão da Companhia na data de fixação do Preço por Ação e nos cinco pregões que a antecederem, sendo todos os Pedidos de Subscrição Prioritária e intenções de investimento dos Investidores Profissionais automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados devolvidos pelo Agente de Custódia ou pelos Coordenadores da Oferta, conforme o caso, sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos ou taxas (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, o IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atualmente equivalente a zero venha a ser majorada) eventualmente incidentes, no prazo de três Dias Úteis contados do cancelamento. São consideradas vendas a descoberto aquelas realizadas por investidores que não sejam titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia ou cuja titularidade resulte de empréstimo ou outro contrato de efeito equivalente. Ademais, são consideradas operações de um mesmo investidor as vendas a descoberto e as aquisições de ações ordinárias de emissão da Companhia realizadas em seu próprio nome ou por meio de qualquer veículo cuja decisão de investimento esteja sujeita à sua influência. Fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor não serão considerados um único investidor para efeito do disposto neste parágrafo, desde que as operações estejam enquadradas nas respectivas políticas de investimento de cada fundo. A vedação prevista neste parágrafo não se aplica nos seguintes casos: (i) operações realizadas por pessoas jurídicas no exercício da atividade de formador de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme definida na norma específica; e (ii) operações posteriormente cobertas por

aquisição em mercado secundário da quantidade total de ações ordinárias de emissão da Companhia correspondente à posição a descoberto até, no máximo, dois pregões antes da data de fixação do Preço por Ação.

6. PÚBLICO ALVO DA OFERTA RESTRITA

Sem prejuízo do Direito de Prioridade pelos Acionistas, o público alvo da Oferta Restrita consiste exclusivamente: (i) no Brasil, em investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, quais sejam: (a) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (d) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio; (e) fundos de investimento; (f) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (g) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios ("Investidores Institucionais Locais") e, em conjunto com os Investidores Estrangeiros, os "Investidores Profissionais"; e (ii) no exterior, em Investidores Estrangeiros.

7. EXCLUSÃO DA PREFERÊNCIA E DIREITO DE PRIORIDADE

A emissão das Novas Ações (sem considerar as Ações Adicionais) pela Companhia, no âmbito da Oferta Primária, será realizada com exclusão do direito de preferência aos Acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social.

De forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 9º-A da Instrução CVM 476 e assegurar a participação dos Acionistas na Oferta Restrita, será concedida prioridade para subscrição de até a totalidade das Ações a serem colocadas exclusivamente por meio da Oferta Primária (portanto, sem considerar as Ações Adicionais) ("Direito de Prioridade"). Portanto, tomar-se-á como base a participação acionária verificada nas posições em custódia: (a) ao final do dia 10 de junho de 2021, após o fechamento do mercado ("Primeira Data de Corte"), (i) na Central Depositária de Ativos da B3 ("Central Depositária"), e (ii) na Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia ("Escriturador"); e (b) ao final do dia 17 de junho de 2021, após o fechamento do mercado ("Segunda Data de Corte"), (i) na Central Depositária, e (ii) no Escriturador. Farão jus ao Direito de Prioridade aqueles que sejam considerados Acionistas na Primeira Data de Corte, na respectiva proporção de suas participações acionárias no total do capital social da Companhia, calculada de acordo com as respectivas posições acionárias na Segunda Data de Corte, observado o disposto no item "7. Procedimento da Oferta Prioritária" deste Fato Relevante ("Oferta Prioritária"). **Não será admitida a negociação ou cessão, total ou**

parcial, do Direito de Prioridade dos Acionistas a quaisquer terceiros, incluindo entre os próprios Acionistas.

EM LINHA COM O DISPOSTO NOS FATOS RELEVANTES DA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA, O ACIONISTA VENDEDOR RENUNCIOU AO SEU DIREITO DE PRIORIDADE. A IGLI EXERCERÁ (DIRETAMENTE OU POR MEIO DE SUAS AFILIADAS QUE TAMBÉM SEJAM ACIONISTAS DA COMPANHIA, EM OBSERVÂNCIA AO ART. 9º-A DA INSTRUÇÃO CVM 476), NOS TERMOS DO CONTRATO DE ANCORAGEM, A INTEGRALIDADE DO SEU DIREITO DE PRIORIDADE, OBSERVADO O LIMITE DE SUBSCRIÇÃO PROPORCIONAL, BEM COMO SUBSCREVERÁ O MONTANTE TOTAL DO COMPROMISSO DE INVESTIMENTOS EM NOVAS AÇÕES NO ÂMBITO DA OFERTA INSTITUCIONAL, CONFORME DESCRITO NO ITEM 2 ACIMA.

Em linha com o disposto nos Fatos Relevantes da Reorganização Societária, o Acionista Vendedor renunciou ao seu Direito de Prioridade relativo às Novas Ações a serem emitidas pelas Companhia.

As Ações (sem considerar as Ações Adicionais) que não forem subscritas por Acionistas na Oferta Prioritária serão destinadas prioritariamente à Igli, a seu exclusivo critério, até a Quantidade Total de Ações Ancoradas (excluídas aquelas já subscritas no âmbito do Direito de Prioridade), nos termos do Contrato de Ancoragem, e aos Investidores Profissionais no âmbito da Oferta Institucional.

Apenas as Novas Ações, emitidas no âmbito da Oferta Primária (portanto, sem considerar as Ações Adicionais) serão oferecidas no âmbito da Oferta Prioritária, sendo certo que a distribuição das Ações Adicionais se dará exclusivamente na Oferta Secundária e, portanto, não estará sujeita a qualquer direito de prioridade por parte dos Acionistas.

8. PROCEDIMENTO DA OFERTA PRIORITÁRIA

No contexto da Oferta Prioritária, a totalidade das Novas Ações (sem considerar as Ações Adicionais) a serem colocadas no âmbito da Oferta Primária será destinada prioritariamente à colocação junto aos Acionistas que realizarem solicitações de subscrição mediante o preenchimento de formulário específico perante um Agente de Custódia ("Pedido de Subscrição Prioritária"), durante o período compreendido entre 14 de junho de 2021, inclusive, e 18 de junho de 2021, inclusive ("Período de Subscrição Prioritária"), observado o Limite de Subscrição Proporcional (conforme definido abaixo).

Cada Acionista, desde que assim seja evidenciado na Primeira Data de Corte, terá o direito de subscrever, 0,246664 Ação, para cada ação ordinária de emissão da Companhia de sua titularidade na Segunda Data de Corte a serem colocadas no âmbito da Oferta Primária (portanto, sem considerar a colocação das Ações Adicionais) ("Limite de Subscrição Proporcional"). Caso a relação resulte em fração, o Limite de Subscrição Proporcional será

limitado ao número inteiro apurado, sem arredondamento, desconsiderando-se eventuais frações adicionais de Ações.

No âmbito da Oferta Prioritária, não há quantidade mínima de investimento aos Acionistas, estando a quantidade máxima sujeita ao respectivo Limite de Subscrição Proporcional. Será assegurado o atendimento integral e prioritário da totalidade dos Pedidos de Subscrição Prioritária de Acionistas até o Limite de Subscrição Proporcional de cada Acionista e, portanto, não será realizado rateio das Novas Ações (sem considerar a colocação das Ações Adicionais) remanescentes entre os Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária.

Os Acionistas que apresentarem Pedidos de Subscrição Prioritária deverão estabelecer a quantidade de Novas Ações (sem considerar a colocação das Ações Adicionais), conforme o caso, a serem subscritas no âmbito da Oferta Prioritária, observado o Limite de Subscrição Proporcional, e poderão estabelecer um preço máximo por Ação, conforme o caso, como condição para sua participação na Oferta Restrita.

O Acionista que desejar participar da Oferta Prioritária deverá se cadastrar ou, caso já seja cadastrado, certificar-se que seu cadastro esteja atualizado perante agente de custódia detentor de autorização de acesso para custódia de ativos no ambiente da B3 na categoria agentes de custódia, devidamente habilitado para atuar no exercício de direito de prioridade no âmbito de ofertas públicas de ações com esforços restritos de colocação, nos termos do Ofício 87/2014 ("Agente de Custódia"), pelo qual deseja efetivar o seu Pedido de Subscrição Prioritária.

Ficará a cargo de cada Acionista tomar as medidas cabíveis para efetivar o cadastro ou atualizar seu cadastro, conforme o caso, junto ao Agente de Custódia em tempo hábil para permitir a efetivação do Pedido de Subscrição Prioritária durante o Período de Subscrição Prioritária, observados os procedimentos de cada Agente de Custódia, bem como os procedimentos previstos neste Fato Relevante. Os Agentes de Custódia atuarão com a estrita finalidade de atender os Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária, sendo que, em nenhuma hipótese, poderão realizar qualquer tipo de esforço de venda ou colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais), uma vez que a Oferta Restrita é destinada exclusivamente aos Investidores Profissionais, sendo garantida aos Acionistas apenas Direito de Prioridade, nos termos da Instrução CVM 476.

Os Acionistas que desejarem participar da Oferta Prioritária estarão sujeitos às normas e procedimentos internos dos respectivos Agentes de Custódia, custodiantes, representantes de investidores não residentes e da B3, em especial às regras e às normas aplicáveis à Central Depositária, não sendo a Companhia, nem os Coordenadores da Oferta e nem a B3 responsáveis por quaisquer perdas, demandas, prejuízos, danos ou obrigações decorrentes do não atendimento pelos Acionistas dos requisitos para a participação na Oferta Prioritária estabelecidos neste Fato Relevante.

Tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Agente de Custódia, recomenda-se aos Acionistas que desejarem participar da Oferta Prioritária que entrem em contato com o Agente de Custódia de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Subscrição Prioritária, para: (a) verificar a necessidade de manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Subscrição Prioritária; (b) verificar a possibilidade de débito antecipado da conta por parte do Agente de Custódia; (c) obter informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos para a realização do Pedido de Subscrição Prioritária, observados os procedimentos operacionais adotados por cada Agente de Custódia, bem como os procedimentos previstos no Ofício 87/2014 e neste Fato Relevante; e, se for o caso, (d) atualizar e/ou efetuar o cadastro naquele Agente de Custódia. Caso as ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas estejam custodiadas no Escriturador, recomenda-se a tais Acionistas que desejarem participar da Oferta Prioritária que se certifiquem de que seus respectivos cadastros estão atualizados no Escriturador, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária descritos neste Fato Relevante.

Adicionalmente, os Acionistas não poderão subscrever Novas Ações (sem considerar a colocação das Ações Adicionais) objeto da Oferta Prioritária, no âmbito da Oferta Primária, caso tal subscrição viole a legislação da jurisdição em que o Acionista esteja domiciliado ou exija o registro do Acionista sob qualquer legislação que não seja a brasileira, incluindo o *Securities Act*. **É de responsabilidade de cada Acionista a determinação de sua elegibilidade para participar da Oferta Prioritária sob a legislação de sua jurisdição.**

Os Pedidos de Subscrição Prioritária são irrevogáveis e irretratáveis, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Subscrição Prioritária, de acordo com as seguintes condições:

- (i) observado o Limite de Subscrição Proporcional, cada Acionista interessado em participar da Oferta Prioritária deverá efetuar seu Pedido de Subscrição Prioritária junto a um único Agente de Custódia, mediante o preenchimento do Pedido de Subscrição Prioritária durante o Período de Subscrição Prioritária, sendo que o Acionista poderá estipular, no Pedido de Subscrição Prioritária, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Subscrição Prioritária. Caso o Acionista opte por estipular um preço máximo no Pedido de Subscrição Prioritária e, conseqüentemente, o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao estipulado, o seu respectivo Pedido de Subscrição Prioritária será automaticamente cancelado pelo respectivo Agente de Custódia, sendo que as Ações objeto do Pedido de Subscrição Prioritária cancelado serão alocadas aos Investidores Profissionais no âmbito da Oferta Institucional;
- (ii) **os Acionistas não poderão negociar ou ceder suas respectivas Prioridades de Subscrição, no todo ou em parte, inclusive entre os próprios Acionistas;**
- (iii) **recomenda-se aos Acionistas interessados na realização de Pedidos de Subscrição Prioritária que: (a) leiam cuidadosamente os termos e condições**

estipulados no Pedido de Subscrição Prioritária, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta Restrita e a cláusula mandato, por meio da qual, ao realizar o Pedido de Subscrição Prioritária, o Acionista automaticamente nomeará o Agente de Custódia que tenha recebido o respectivo Pedido de Subscrição Prioritária seu procurador; e as informações constantes deste Fato Relevante; (b) verifiquem com o Agente de Custódia de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Subscrição Prioritária, se esse, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nele aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Subscrição Prioritária; (c) entrem em contato com o Agente de Custódia de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pelo Agente de Custódia para a realização do Pedido de Subscrição Prioritária ou, se for o caso, para tomar as medidas cabíveis para cadastrar-se ou atualizar seu cadastro, conforme o caso, junto ao Agente de Custódia em tempo hábil para permitir a efetivação do Pedido de Subscrição Prioritária, durante o Período de Subscrição Prioritária, observados os procedimentos operacionais adotados por cada Agente de Custódia e os procedimentos previstos no Ofício 87/2014 e neste Fato Relevante; (d) caso as ações de emissão da Companhia, de sua titularidade, estejam custodiadas no Escriturador, certifiquem-se de que seus respectivos cadastros estão atualizados junto ao Escriturador, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária aqui descritos; e (e) caso as ações de emissão da Companhia, de sua titularidade, estejam custodiadas na B3, certifiquem-se de que seus respectivos cadastros estão atualizados em um dos Agentes de Custódia, observando os procedimentos para a Oferta Prioritária aqui descritos. Adicionalmente, recomenda-se que os Acionistas interessados em participar da Oferta Prioritária leiam as informações constantes do Formulário de Referência da Companhia, que contempla as informações adicionais e complementares a este Fato Relevante, em especial os fatores de risco descritos na seção “4. Fatores de Risco”, bem como nas seções “7. Atividades do Emissor”, “17. Capital Social” e “18. Valores Mobiliários”, para ciência e avaliação de certos fatores de risco relacionados à subscrição das Ações que devem ser considerados na tomada de decisão de investimento. Os Agentes de Custódia atuarão com a estrita finalidade de atender o direito de prioridade dos Acionistas, sendo que, em nenhuma hipótese, poderão realizar qualquer tipo de esforço de venda ou colocação das Ações;

- (iv) nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020 (“Deliberação CVM 860”), o Pedido de Subscrição Prioritária será o documento por meio do qual o Acionista aceitará participar da Oferta Prioritária, subscrever e liquidar as Novas Ações (sem considerar as Ações Adicionais) que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição das Novas Ações (sem considerar as Ações Adicionais) pelos Acionistas será formalizada por meio de Pedido de

Subscrição Prioritária e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição;

- (v) não há quantidade mínima de Novas Ações a ser estipulada pelos Acionistas, sendo certo, no entanto, que a quantidade máxima de Novas Ações (sem considerar a colocação das Ações Adicionais), objeto da Oferta Prioritária, no âmbito da Oferta Primária, está sujeita ao respectivo Limite de Subscrição Proporcional;
- (vi) não haverá a possibilidade de solicitação de subscrição de sobras na Oferta Prioritária e tampouco será realizado rateio no âmbito da Oferta Prioritária. Os Acionistas que desejarem subscrever Novas Ações em quantidade superior ao seu respectivo Limite de Subscrição Proporcional, poderão participar da Oferta Restrita se forem Investidores Profissionais, desde que atendam às condições aplicáveis à Oferta Institucional;
- (vii) até as 10:00 horas (horário de Brasília) do Dia Útil subsequente à divulgação do fato relevante informando acerca da fixação do Preço por Ação no âmbito da Oferta Restrita pelo Conselho de Administração da Companhia ("Comunicado de Preço"), a B3 informará aos Agentes de Custódia a quantidade de Novas Ações a serem subscritas e o respectivo valor do investimento de cada Acionista;
- (viii) a quantidade de Novas Ações a serem subscritas e o respectivo valor do investimento serão informados ao Acionista até as 16:00 horas (horário de Brasília) do Dia Útil subsequente à divulgação do Comunicado de Preço pelo Agente de Custódia junto ao qual tiver efetuado Pedido de Subscrição Prioritária, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor correspondente à quantidade de Novas Ações indicada no Pedido de Subscrição Prioritária. Será assegurado o atendimento integral e prioritário da totalidade dos Pedidos de Subscrição Prioritária de Acionistas até o Limite de Subscrição Proporcional de cada Acionista;
- (ix) salvo se de outra forma for exigido pelo respectivo Agente de Custódia, cada Acionista deverá efetuar o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, do valor do investimento informado pelo respectivo Agente de Custódia ao Acionista (conforme procedimento mencionado no item (viii) acima), pagamento este a ser feito ao Agente de Custódia com quem efetuou seu respectivo Pedido de Subscrição Prioritária, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:00 horas (horário de Brasília) do terceiro Dia Útil contado da data de divulgação do Comunicado de Preço ("Data de Liquidação");
- (x) o Agente de Custódia com o qual o Pedido de Subscrição Prioritária tenha sido realizado entregará, após as 16:00 horas (horário de Brasília) da Data de Liquidação, a cada Acionista que com ele tenha feito o Pedido de Subscrição Prioritária o número de Ações da Oferta Primária constante do Pedido de Subscrição Prioritária, observado o Limite de Subscrição Proporcional. Caso a relação resulte em fração, o valor de subscrição será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações apurado, sem arredondamento, desconsiderando-se eventuais frações de Ações;

- (xi) **o Agente de Custódia que venha a atender Pedido de Subscrição Prioritária deverá, no prazo e nos valores estabelecidos pela B3, nos termos do Ofício 87/2014, realizar um depósito de garantia para se habilitar na Oferta Prioritária (“Depósito de Garantia”), depositando as garantias necessárias para que o Pedido de Subscrição Prioritária possa ser liquidado;**
- (xii) **na eventualidade de um determinado Agente de Custódia não realizar o Depósito de Garantia, os Pedidos de Subscrição Prioritária firmados junto a este Agente de Custódia serão cancelados, não sendo a Companhia, nem os Coordenadores da Oferta e nem a B3 responsáveis por quaisquer perdas, demandas, prejuízos ou danos incorridos pelo Acionista que tenha realizado seu Pedido de Subscrição Prioritária com tal Agente de Custódia;**
- (xiii) **na eventualidade de um determinado Agente de Custódia realizar o Depósito de Garantia parcialmente, os Pedidos de Subscrição Prioritária firmados junto a este Agente de Custódia que não tenham sido integralmente garantidos serão cancelados pelo Agente de Custódia, não sendo a Companhia, nem os Coordenadores da Oferta e nem a B3 responsáveis por quaisquer perdas, demandas, prejuízos ou danos incorridos pelo Acionista. Na hipótese de o Agente de Custódia não cancelar os Pedidos de Subscrição Prioritária cujo valor não tenha sido garantido nos termos do item (xii) acima e deste item (xiii), na forma e no prazo determinado pela B3, conforme procedimentos estabelecidos no Ofício 87/2014, todos os Pedidos de Subscrição Prioritária realizados pelo Agente de Custódia serão cancelados de ofício pela B3, não sendo a Companhia, nem os Coordenadores da Oferta e nem a B3 responsáveis por quaisquer perdas, demandas, prejuízos ou danos incorridos pelo Acionista que houver efetuado Pedido de Subscrição Prioritária junto a este Agente de Custódia;**
- (xiv) **nas hipóteses previstas neste Fato Relevante, incluindo, aquelas previstas nos itens (i), (xii) e (xiii) acima, o Acionista que tiver seu Pedido de Subscrição Prioritária cancelado: (a) não participará da Oferta Prioritária; e (b) terá os valores eventualmente depositados devolvidos pelo respectivo Agente de Custódia, sem juros, correção monetária ou reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, dos valores relativos aos tributos ou taxas (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, o IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham ser criados e/ou aqueles cuja alíquota atualmente equivalente a zero venha ser majorada), no prazo de três Dias Úteis contados do cancelamento do seu Pedido de Subscrição Prioritária; e**
- (xv) **caso não haja conclusão da Oferta Restrita ou em caso de rescisão do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta Restrita ou, ainda, em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Subscrição Prioritária em função de expressa disposição legal ou regulamentar todos os Pedidos de**

Subscrição Prioritária serão cancelados e o Agente de Custódia que tenha recebido o respectivo Pedido de Subscrição Prioritária comunicará ao respectivo Acionista o cancelamento da Oferta Restrita, o que poderá ocorrer mediante divulgação de fato relevante. Caso o Acionista já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (ix) acima, os valores eventualmente depositados serão devolvidos pelo respectivo Agente de Custódia sem juros, correção monetária ou reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, dos valores relativos aos tributos ou taxas (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, o IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham ser criados e/ou aqueles cuja alíquota atualmente equivalente a zero venha ser majorada), no prazo de três Dias Úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta Restrita. Em caso de cancelamento da Oferta Restrita, a Companhia e os Coordenadores da Oferta não serão responsáveis por eventuais perdas e danos incorridas pelos Acionistas.

As Ações que não forem subscritas por Acionistas na Oferta Prioritária serão destinadas à Oferta Institucional da seguinte forma: (i) prioritariamente à Igli (diretamente ou por meio de suas afiliadas) até a Quantidade Total de Ações Ancoradas (excluídas aquelas já subscritas no âmbito do Direito de Prioridade e as Ações Adicionais), nos termos do Contrato de Ancoragem; e (ii) aos Investidores Profissionais no âmbito da Oferta Institucional. As Novas Ações colocadas no âmbito da Oferta Prioritária e as Ações colocadas prioritariamente à Igli (diretamente ou por meio de suas afiliadas que, em relação ao exercício do Direito de Prioridade, também devem ser acionistas da Companhia, em observância o art. 9º-A da Instrução CVM 476) no âmbito da Oferta Institucional, nos termos do Contrato de Ancoragem, poderão ser integralmente subscritas pela Igli (diretamente ou por meio de suas afiliadas que, em relação ao exercício do Direito de Prioridade, também devem ser acionistas da Companhia, em observância o art. 9º-A da Instrução CVM 476) e pelos Acionistas, não havendo Ações (sem considerar a colocação das Ações Adicionais) remanescentes a serem destinadas aos Investidores Profissionais.

9. DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta Restrita. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da quantidade total das Novas Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais) por parte dos Acionistas e dos Investidores Profissionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a Oferta Restrita será cancelada, sendo todos os Pedidos de Subscrição Prioritária e todas as intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Acionistas e/ou Investidores Profissionais deverão ser integralmente devolvidos, sem juros, correção monetária ou reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, dos valores relativos aos tributos ou taxas (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, o IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham

ser criados e/ou aqueles cuja alíquota atualmente equivalente a zero venha ser majorada), no prazo de três Dias Úteis contados da data de divulgação do fato relevante comunicando o cancelamento da Oferta Restrita. Em caso de cancelamento da Oferta Restrita, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não serão responsáveis por eventuais perdas ou danos incorridas pelos investidores.

10. ESTABILIZAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

Não haverá procedimento de estabilização do preço de ações ordinárias de emissão da Companhia após a realização da Oferta Restrita e, conseqüentemente, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário da B3 poderá flutuar significativamente após a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais).

11. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

Os Coordenadores da Oferta, os Agentes de Colocação Internacional e, no caso da Oferta Prioritária, os Agentes de Custódia, efetuarão a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais), observado o disposto na Instrução CVM 476 e no Ofício 87/2014, aos Acionistas, por meio da Oferta Prioritária, e aos Investidores Profissionais, por meio da Oferta Institucional, observado o *Dissociation Agreement* e o Contrato de Ancoragem.

Após o atendimento do Direito de Prioridade, no âmbito da Oferta Prioritária, as Ações (sem considerar as Ações Adicionais) serão destinadas prioritariamente à Igli, a seu exclusivo critério, até a Quantidade Total de Ações Ancoradas (excluídas aquelas já subscritas no âmbito do Direito de Prioridade), nos termos do Contrato de Ancoragem (conforme abaixo definido), e aos Investidores Profissionais, no âmbito da Oferta Institucional, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, sendo certo que, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476, não sendo admitidas para tais Investidores Profissionais reservas antecipadas. Nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, a procura de Investidores Locais, no âmbito da Oferta Institucional, será limitada a, no máximo, 75 Investidores Locais e a subscrição/aquisição de Ações (considerando as Ações Adicionais) a, no máximo, 50 Investidores Locais. **Os referidos limites não se aplicam às subscrições por Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária e à procura e subscrição/aquisição por Investidores Estrangeiros, observada as eventuais restrições previstas na legislação vigente no país de domicílio de cada Investidor Estrangeiro.**

Fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único Investidor Institucional Local, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476.

No âmbito da Oferta Institucional, caso o número de Ações (considerando as Ações Adicionais), objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Profissionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações (considerando as Ações Adicionais) remanescente após a Oferta Prioritária, nos termos e condições descritos abaixo, será dada prioridade ao atendimento de intenções de investimento de Investidores Profissionais que, a exclusivo critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, levem em consideração a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações com clientes, bem como outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta.

A subscrição/aquisição das Ações (considerando as Ações Adicionais) será formalizada, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição, de eventual contrato de compra e venda e/ou documento de aceitação da Oferta Restrita, nos termos do artigo 2º, parágrafo primeiro, da Resolução CVM nº 27. No caso de Investidores Profissionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta Restrita, nos termos da Resolução CVM nº 27, a subscrição de Ações deverá ser formalizada mediante ato de aceitação da Oferta Restrita pelo Investidor Profissional, o qual deverá ser realizado junto ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento e deverá, no mínimo, (i) conter as condições de subscrição e de integralização das Ações, (ii) esclarecer que não será admitida a distribuição parcial da Oferta Restrita, (iii) conter esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta Restrita, e (iv) conter declaração de que obteve cópia dos memorandos da Oferta Restrita, observado que tal formalização poderá ocorrer, inclusive, mediante o preenchimento e entrega, ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento.

12. REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

Os Coordenadores da Oferta realizarão a distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais), em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais da garantia de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta e demais disposições previstas no Contrato de Colocação.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária de cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações (considerando as Ações Adicionais), que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais da garantia de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta ("Garantia Firme de Liquidação"). A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, fixado o Preço por Ação, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o memorando definitivo da Oferta Restrita e cumpridas as condições precedentes dispostas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional.



Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais) efetivamente subscritas/adquiridas por Investidores Profissionais na Oferta Institucional não tenham sido totalmente liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta realizará, de forma individual e não solidária, a liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais assumidos por cada um, conforme indicado no Contrato de Colocação, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre: (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, multiplicada pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais) efetivamente liquidadas por investidores da Oferta Institucional na Data de Liquidação, multiplicada pelo Preço por Ação.

Os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, poderão, caso tenham interesse, revender tais Ações (considerando as Ações Adicionais) antes: (i) do prazo de 6 (seis) meses contados a partir do início do Procedimento de *Bookbuilding*; ou (ii) da data do envio do comunicado de encerramento da Oferta Restrita, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476, o que ocorrer primeiro para efetuar a colocação pública dessas Ações (considerando as Ações Adicionais) ("Período de Distribuição"). Em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, no Período de Distribuição, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação.

13. CRONOGRAMA ESTIMADO DA OFERTA RESTRITA

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta Restrita, informando seus principais eventos a partir desta data:

Nº	Evento	Data de Realização / Data Prevista ⁽¹⁾
1.	Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovando a realização da Oferta Restrita.	09 de junho de 2021
2.	Primeira Data de Corte. Divulgação deste Fato Relevante da Oferta Restrita.	10 de junho de 2021
3.	Início das apresentações a potenciais investidores (roadshow) ⁽²⁾ Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	11 de junho de 2021
4.	Início do Período de Subscrição da Oferta Prioritária	14 de junho de 2021
5.	Segunda Data de Corte	17 de junho de 2021
6.	Encerramento do Período de Subscrição da Oferta Prioritária	18 de junho de 2021
7.	Encerramento das apresentações a potenciais investidores Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovando, dentre outras matérias, o Preço por Ação, bem como o aumento de capital da Companhia e sua homologação. Divulgação do Comunicado de Preço Assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional	22 de junho de 2021
8.	Início das negociações das Ações (considerando as Ações Adicionais, se aplicável) objeto da Oferta Restrita na B3 no segmento do Novo Mercado.	24 de junho de 2021
9.	Data de Liquidação física e financeira das Ações na B3	25 de junho de 2021

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, prorrogações e antecipações sem aviso prévio, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta Restrita, tal cronograma poderá ser alterado.

⁽²⁾ As apresentações a potenciais investidores (roadshow) ocorrerão no Brasil e no exterior.

14. CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

As comissões, os impostos, as taxas e outras retenções sobre comissões, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, serão arcados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, proporcionalmente à respectiva quantidade de Ações (considerando as Ações Adicionais) ofertada no âmbito da Oferta Restrita. As taxas de registro na B3 e na ANBIMA relativas à Oferta Restrita, as despesas com auditores, advogados, consultores serão arcadas pela Companhia. Para informações adicionais acerca dos custos de distribuição da Oferta Restrita, vide item "18.12. Valores mobiliários – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência da Companhia.

15. CAPITALIZAÇÃO

Para informações adicionais acerca dos impactos da realização da Oferta Restrita na capitalização da Companhia veja o item "18.12. Valores mobiliários – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência da Companhia.

16. DILUIÇÃO

O Acionista que: (i) não exercer seu Direito de Prioridade no âmbito da Oferta Prioritária; ou (ii) exercer seu Direito de Prioridade no âmbito da Oferta Prioritária subscrevendo quantidade de Novas Ações (sem considerar a colocação das Ações Adicionais) abaixo de sua respectiva proporção na posição acionária; ou ainda (iii) tiver seu Pedido de Subscrição Prioritária cancelado nos termos descritos neste Fato Relevante, será diluído.

Tendo em vista que as Ações Adicionais serão ofertadas exclusivamente por meio da Oferta Secundária, neste caso, não haverá aumento do Limite de Subscrição Proporcional de cada Acionista e, portanto, os Acionistas não serão diluídos caso ocorra a colocação de qualquer quantidade de Ações Adicionais no âmbito da Oferta Restrita.

Para informações acerca da diluição do valor das Ações decorrente da realização da Oferta Restrita, vide item "18.12. Valores mobiliários – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência da Companhia.

17. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Primária da seguinte forma, aproximadamente: (a) 15% para reforço do caixa; e (b) 85% em aportes a serem realizados em algumas de suas controladas para manutenção e expansão das concessões atuais e/ou novas – investimentos *greenfield* ou *brownfield* – no curso ordinário de suas atividades e conforme o seu objeto social (projetos em áreas de infraestrutura, incluindo, mas não se limitando, a novas concessões rodoviárias no Brasil).

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados ao Acionista Vendedor.

Para informações adicionais acerca da destinação dos recursos da Oferta Restrita, veja o item "18.12. Valores mobiliários – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência da Companhia.

18.DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES

As Ações (considerando as Ações Adicionais) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes aos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data. As Ações (considerando as Ações Adicionais) darão, ainda, a seus titulares o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da data da divulgação do Comunicado de Preço, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência.

19.RESTRIÇÕES À NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES ("LOCK-UP")

A Companhia, cada um de seus administradores, e o Acionista Vendedor, bem como suas afiliadas se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, concordaram em não oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra ou subscrição, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, realizar operações de *swap*, *hedge* ou qualquer outra transação que razoavelmente possa ser resultar em uma venda, empréstimo, empenho, ou disposição ou transferência de direitos econômicos, total ou parcialmente, da Ações pelo período de 90 (noventa) dias contados da data da fixação do Preço por Ação, inclusive, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta Restrita, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados, exceto na hipótese de prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional e observadas as exceções e outras restrições previstas em cada acordo de *Lock-up*.

Para informações adicionais acerca das restrições à negociação das Ações sob Lock-up, vide item "18.12. Valores Mobiliários – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência da Companhia.

20.FORMADOR DE MERCADO

A Companhia contratou, em 14 de julho de 2016, o **BTG Pactual CTVM S.A.**, na qualidade de formador de mercado em relação às Ações ("Formador de Mercado"). Para informações adicionais acerca da contratação e atuação (escopo) do Formador de Mercado, vide item "18.12. Valores Mobiliários – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência da Companhia.

21.INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro de distribuição pública pela CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, e nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476. Após o envio do comunicado de encerramento da Oferta Restrita à CVM, conforme previsto no artigo 8º e Anexo 8 da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será objeto de registro na ANBIMA, nos termos do Código ANBIMA.

A Oferta Restrita não será objeto de análise prévia pela CVM, pela ANBIMA ou por qualquer outra entidade reguladora ou autorreguladora.

A Oferta Restrita é inadequada a investidores que não sejam Investidores Profissionais, com exceção dos Acionistas no âmbito da Oferta Prioritária. A decisão de investimento nas Ações (considerando as Ações Adicionais) requer experiência e conhecimentos específicos do setor de atuação da Companhia que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, seu mercado de atuação e os riscos inerentes aos seus negócios, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os Investidores Locais interessados em participar da Oferta Restrita consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários a fim de auxiliá-los na avaliação dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações (considerando as Ações Adicionais). Ainda, o investimento nas Ações (considerando as Ações Adicionais) representa um investimento de risco, tendo em vista que é um investimento em renda variável e, assim, os Acionistas e os Investidores Locais que pretendam investir nas Ações (considerando as Ações Adicionais) estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações (considerando as Ações Adicionais), à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos Acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos no Formulário de Referência da Companhia, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações (considerando as Ações Adicionais) não é, portanto, adequado a Acionistas e Investidores Locais avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais ou relativos à liquidez.

Este Fato Relevante não deve, em qualquer circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações (considerando as Ações Adicionais). Ao decidir investir nas Ações (considerando as Ações Adicionais), os Investidores Locais e os Acionistas deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações (considerando as Ações Adicionais).

A COMPANHIA RECOMENDA FORTEMENTE QUE OS ACIONISTAS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA OFERTA PRIORITÁRIA LEIAM, ATENTA E CUIDADOSAMENTE, OS TERMOS E CONDIÇÕES, ESPECIALMENTE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO PAGAMENTO E FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO E À LIQUIDAÇÃO DA OFERTA PRIORITÁRIA, AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DESTE FATO RELEVANTE, BEM COMO DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA QUE CONTÉM AS INFORMAÇÕES ADICIONAIS E COMPLEMENTARES A ESSE FATO RELEVANTE, ESPECIALMENTE OS FATORES DE RISCO DESCRITOS NAS SEÇÕES “4. FATORES DE RISCO”, “7. ATIVIDADES DO EMISSOR”, “17. CAPITAL SOCIAL” E “18. VALORES MOBILIÁRIOS”, ANTES DA TOMADA DE QUALQUER DECISÃO DE INVESTIMENTO.

O direito de participar da Oferta Prioritária e as Ações (considerando as Ações Adicionais) não estão sendo ofertados ou vendidos nos Estados Unidos e não poderão ser ofertados ou vendidos nos Estados Unidos sem que haja registro ou isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta Restrita ou das Ações (considerando as Ações Adicionais) nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Para fins do disposto neste Fato Relevante, considerar-se-á(ão) “Dia(s) Útil(eis)” qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, quando não houver expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre atualizações relevantes em relação aos assuntos aqui tratados por meio de seus canais habituais de divulgação de informações periódicas e eventuais. Quaisquer comunicados aos Acionistas e ao mercado relacionados à Oferta Restrita, incluindo eventuais alterações do cronograma da Oferta Restrita, serão divulgados por meio de comunicado ao mercado ou fato relevante nas páginas eletrônicas da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.ecorodovias.com.br).

São Paulo, 10 de junho de 2021

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

55 (11) 3787 2612 / 2683 / 2674 / 2681

invest@ecorodovias.com.br

<https://ri.ecorodovias.com.br>



ecorODOVIAS

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A
(Publicly Held Company)

CNPJ/ME No. 04.149.454/0001-80 | NIRE No. 35.300.181.948

CVM Code No. 01945-3

B3 Ticker: "ECOR3"

MATERIAL FACT

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A ("Company" or "Ecorodovias") (**B3:ECOR3**), pursuant to Section 157, §4º of Law No. 6,404, dated December 15, 1976, as amended, and the Brazilian Securities Commission (*Comissão de Valores Mobiliários*) ("CVM") Rule 358, dated January 3, 2002, as amended, hereby informs its shareholders and the market in general that on June 9, 2021, the members of the Company's Board of Directors approved a primary offering of up to 137,635,144 common shares issued by the Company (the "Shares"), in accordance with CVM Rule 476 dated January 16, 2009, as amended (the "Base Offering") to (i) no more than 75 professional investors in Brazil, as defined under CVM Resolution No. 30, dated May 11, 2021, (ii) qualified institutional buyers (as defined under Rule 144A of the United States Securities Act of 1933, as amended (the "Securities Act") in the United States, and (iii) certain institutional and other investors outside the United States and Brazil that are not U.S. persons (as defined in Regulation S of the Securities Act). In accordance with CVM regulations, the total number of Shares proposed to be offered may be increased by up to 25% of the total number of Shares initially offered, or up to 34,408,786 Shares, in a secondary offering (the "Additional Shares"), at the same offering price, to be offered and sold by Primav Infraestrutura S.A. (the "Additional Offering" and together with the Base Offering, the "Restricted Offering").

In order to comply with CVM Rule 476 and to ensure the participation of current shareholders in the Restricted Offering, a priority right will be given to existing shareholders of the Company to subscribe for up to all of the Shares to be placed by the Company through the Restricted Offering *pro rata* to their shareholdings in the Company's capital (the "Priority Offering"). Therefore, all of the Shares to be offered by the Company in the Restricted Offering will be offered to existing shareholders first, pursuant to the Priority Offering.

The Restricted Offering and the Priority Offering of Shares being undertaken in Brazil have not been and will not be registered under the Securities Act or under any U.S. state securities laws. Accordingly, the Shares may not be offered, sold, pledged or otherwise transferred into the United States or to U.S. investors, unless they are registered, or exempt from, or not subject to, registration under the Securities Act.



This material fact (i) should under no circumstances be construed as, nor constitute, an investment recommendation, an offer to sell or the solicitation of an offer to purchase any of the Company's securities in the United States, Brazil or any other jurisdiction; and (ii) is not intended to be published or distributed, directly or indirectly, in the United States or in any other jurisdiction and is for informational purposes only. The distribution of announcements and the offer and sale of securities in certain jurisdictions may be prohibited by law.

If you would like to receive a free translation of the full Portuguese-language *fato relevante* and are able to certify that you are a "qualified institutional buyer" (as defined in Rule 144A under the Securities Act) to the reasonable satisfaction of the Company, please contact the Company's Investor Relations Department in the City of São Paulo, State of São Paulo, Brazil at Rua Gomes de Carvalho, 1510, Conj. 31/32, Vila Olímpia, CEP 04547-005, or access the Company's website at <https://ri.ecorodovias.com.br>

São Paulo, June 10, 2021

Marcello Guidotti

Chief Financial and Investor Relations Officer
+55 (11) 3787 2612 / 2683 / 2674 / 2681
invest@ecorodovias.com.br
<https://ri.ecorodovias.com.br>